



O CONCEITO COMO *MIMESIS* E A VERDADE DA ARTE

Marcos H. Camargo¹

RESUMO: a filosofia tradicional acredita que o conceito forma conhecimento lógico do real, enquanto a analogia e a *mimesis* fornecem apenas conhecimentos aparentes, por semelhança formal. Essa discussão é antiga na história do pensamento, mas sempre lembrada. Argumentos de ambos os lados da questão são apresentados aqui para a discussão sobre o significado da verdade.

PALAVRAS-CHAVE: conceito, verdade, mimesis, conhecimento, arte.

ABSTRACT: the traditional philosophy believes only the concept can give a logical knowledge of reality, also understands that analogy and *mimesis* cannot bring real knowledge but only apparent cognition, by formal identity with objects. This issue is very old in the history of thought but always remembered. Here the arguments of both sides are presented to discuss the meaning of truth.

KEYWORDS: concept, truth, mimesis, knowledge, art.

*Quid enim est abstractio, si iactura non est?*²

Alexander Baumgarten

Na maioria dos sítios arqueológicos onde se estudam restos de assentamentos humanos podem-se encontrar pinturas, desenhos e esculturas de animais, coisas e corpos humanos registrados milhares de anos antes da primeira civilização inventar a escrita. Desse modo é aceitável supor que as primitivas representações semióticas das coisas do mundo e da mente produzidas pelo ser humano pertenceram ao campo da imagética, o que empresta à iconicidade um valor arquetípico no que tange à formação do conhecimento. Suspeita-se que ao tempo em que o homem primitivo pintava nas cavernas o que pensava acerca do

¹ Doutor em Artes Visuais pela UNICAMP, Mestre em Comunicação e Linguagens pela UTP, professor da Universidade Estadual do Paraná - Faculdade de Artes do Paraná (UNESPAR-FAP), instituição em que leciona Semiótica e Estética para os cursos de Teatro, Musicoterapia e Cinema. Autor do livro “Cognição Estética: o complexo de Dante”, pela editora Annablume (2013).

² “O que é a abstração senão uma perda?”



mundo, sua habilidade oral ainda evoluía para uma futura linguagem verbal. Desse modo, a antiguidade da imagética em relação à gramática verbal não é mera curiosidade acadêmica, mas tem a ver com nossa organização cerebral. Pode-se afirmar que a base da cognoscência humana é imagética (visual e sonora). Ou seja, nossa forma de pensar evoluiu através da percepção e interpretação de imagens do mundo. O que o número e o verbo vêm fazer em seguida não é mais do que representar imagens de coisas em nossa mente.

Entretanto, do ponto de vista comunicativo, sempre foi contraproducente carregar na exígua bagagem das comunidades nômades lousas de pedra para desenhar as imagens-pensamento, quando era necessário comunicar-se entre os membros da tribo. Assim, da mesma forma como os outros animais usam variados tipos de sons para significar diferentes situações e coisas, também o homem primitivo desenvolveu seu sistema oral-auricular para emitir/receber mensagens sonoras crescentemente articuladas, que finalmente se transformaram num sistema complexo de signos verbais – a língua.

Quando, então, não podiam reproduzir imagens num local ou em uma situação qualquer, os humanos primitivos recorriam às protopalavras, que deviam indicar uma imagem ou um conjunto delas. Desse modo, a palavra e seus morfemas auxiliares evoluíram na cultura humana de modo a servir de alternativa econômica ao pensamento registrado pelas imagens. Até hoje se diz que a leitura de textos verbais enriquece a imaginação, o que implica no vínculo necessário entre palavra e imagem. Mas, com o tempo, o vocabulário se expandiu e a gramática das línguas tornou-se mais complexa, permitindo a comunicação mais rápida e eficiente das imagens-pensamento necessárias à distribuição do conhecimento no interior das comunidades, apesar da precariedade da palavra como substituta da imagem.

Entre os humanos primitivos, a pintura de uma gazela na parede da caverna podia representar tanto um tipo de caça, como uma força da natureza, uma evocação ou o próprio animal singular. Isto é, a imagem artificial já nasce ao mesmo tempo particularizante, simbolizável e generalizante. Por seu turno, a palavra ‘gazela’ só pode ser generalizante, de vez que não consegue particularizar o animal em si, a não ser com um esforço linguístico que exigiria um volume considerável de outras palavras, de modo a garantir a singularização, o que representa um exercício cabalmente contrário à economia semiótica da comunicação. Mesmo assim, com a evolução genética e cultural o recurso à fala veio crescendo nos últimos duzentos mil anos que caracterizam a existência da espécie *homo sapiens*, até o estabelecimento da oralidade primária.

Somente há cinco mil anos tem início a invenção dos signos das escritas em várias civilizações, embora todos esses símbolos sejam também imagens impressas numa superfície. Mas aqui não são mais as imagens das coisas, como nas cavernas primitivas, porém, imagens de signos arbitrários que representam as ideias que fazemos das coisas. Esta diferença é muito importante!



As imagens das coisas nas cavernas primitivas ali estão como simulações artificiais. A pintura do bisão desperta em nós a memória da caça, ou seja, trata-se de uma aparência, analogia ou mimese, como é o caso da maioria das representações por imagens. Como a palavra nasceu para emular as figuras da caverna primitiva, também ela tentará representar a imagem das coisas, o seu *phantasmata*, como explica Aristóteles. Mas, ao fazê-lo por meio dos códigos artificiais da fala e da escrita, a palavra precisa abstrair as singularidades da imagem das coisas e reter delas apenas alguns atributos gerais necessários a uma mínima representação.

Bem diferente da imagem de uma gazela, a palavra ‘gazela’ passa a compreender – significar – um breve conjunto de qualidades ideais (por exemplo: antílope, quadrúpede, mamífero, bovídeo, herbívoro, artiodactyla, selvagem, comestível). Esse conjunto de palavras que delimita as qualidades abstratas da ideia de gazela é aquilo que comumente se chama de sua ‘definição’, porque compreende sua essência e dá sentido ao conceito. Por isso, o conceito só se completa no processo de abstração da gazela existente quando o animal é reduzido a meras qualidades ideais, criando na mente um esquema simplificado no lugar da complexidade real de uma gazela.

Aqui, portanto, nasce a conceituação – a mais alienada e redutora maneira de representar o mundo. Conceitos são aparições fantasmagóricas que assombram nossas mentes com visões de esqueletos de coisas e eventos. A palavra ‘conceito’, proveniente do termo latino *conceptus* (concebido), é o particípio passado do verbo *concepere* (conceber) e significa etimologicamente: “meio de conter o real na ideia”, “modo de apreensão do real pelo pensamento”, mas também guarda o sentido de ‘concepção de ideias’ acerca do mundo. A crença de que o processo de conceituação apreende a essência do real é comum entre os racionalistas, que pensam poder capturar o mundo pela força de seus conceitos.

No entanto, além de prover uma representação abstrata do real para a mente humana, como seria sua tarefa precípua, os conceitos fabricados pelo pensamento lógico também transformaram a mente humana em produtora de realidade, criando utopias e ideologias substitutivas, que alienaram o ser humano da realidade de seu próprio corpo no mundo.

Por conta da economia semiótica (significar mais com menos significantes), os conceitos são desenvolvidos como esquemas linguísticos (e matemáticos) de designação, atribuindo amplos significados a palavras que, por sua vez, nomeiam um sem-número de coisas arbitrariamente reunidas num conjunto por semelhança formal ou lógica. Por exemplo, a palavra ‘chapéu’ reúne num só grupo todos os chapéus existentes no mundo, embora saibamos que nenhum deles é idêntico a outro. Desse modo, a palavra reduz as diferenças realmente existentes a uma semelhança artificial que se abriga em generalizações abstratas que não têm correspondência no mundo real. Daí verifica-se que a “possibilidade de desvio é parte integrante de qualquer generalização, isto é, uma generalização nunca é



absoluta, exatamente porque não trata a realidade como singular e sua referência é uma abstração.” (PINTO, 2002, p. 63) Assim, a palavra não tem a capacidade de dizer o mundo com exatidão. Porém, pelo contrário, ela vela o conhecimento que aparentemente revela por meio de conceitos.

O conhecimento intelectual baseado em generalizações e em conceitos universais é a base da razão que deseja a onisciência do mundo. Mas a onisciência só existiria caso se pudesse refletir o mundo todo na forma de um conhecimento absoluto, de maneira que as palavras nominassem um a um e todos os infinitos elementos formativos das coisas existentes e imagináveis, considerando assim a diversidade inerente ao real. Mas, de duas alternativas, apenas uma: ou a onisciência não existe ou se existe não se utiliza da linguagem verbal, por que a palavra não tem condições de substantivar e conceituar todo o real. Pois na medida em que os conceitos igualam coisas singulares, aniquilam a diversidade existente. Por isso, o conhecimento mediado pela linguagem verbal resulta em modelos abstratos que são incapazes de nos entregar a cognoscência imediata do mundo.

Se tivéssemos uma visão direta da realidade, nosso conhecimento seria final, definitivo. Mas isso não acontece. Frequentemente os cientistas são forçados a reconhecer que as coisas são totalmente diferentes daquilo que pensavam. Aí ocorrem as grandes revoluções na ciência. Isso não aconteceria se o conhecimento fosse visão direta do real. Em vez de visão direta, palpites; em vez de conhecimento certo e final, conhecimento provisório. Por que: Porque o que temos nas mãos são os modelos. Os modelos são aquilo que conhecemos. (...) Para construir um modelo fazemos uso não de materiais sólidos, mas de *conceitos*. (ALVES, p. 65, 2009)

Antes da escrita, o esforço pela conservação do conhecimento verbal acumulado pelas gerações exigiu da cultura oral o desenvolvimento de várias estratégias mnemônicas para a manutenção do saber adquirido, a partir de mandamentos sintéticos, coleções de sentenças sapienciais, aforismos, anedotas em versos e rimas, muitas vezes cantadas, de modo que fossem longamente fixadas na memória pessoal e coletiva dos grupos.

O vocábulo grego *gnomes* significa ‘breve sentença’, ‘provérbio’, ‘máxima’ e ‘ditos de sabedoria’. Não sem razão, esse termo acima também participa da construção da palavra ‘nome’ (*gnomen*) e dá origem ao termo latino *cognoscere* (conhecer). Por conseguinte, encontrar o “nome verdadeiro” das coisas acabou por se tornar o sinônimo de conhecimento para a tradição filosófica, assim como uma obsessão para certas correntes de pensamento, como das ciências em geral. “Ora, tanto para Heráclito quanto para Ésquilo a ideia de ‘etimologia’ deve ser tomada literalmente: um *etymos logos* é uma ‘afirmação verdadeira’ escondida na forma de um nome.” (KAHN, p. 424, 2009)



Em vista disso, a tradição filosófica sempre entendeu que o conhecimento verdadeiro só pode provir do *logos*, ou seja, do pensamento sistemático representado na palavra (e no número). Porém, *gnomes* também pode ser entendida...

no sentido ordinário de cognição (opinião, julgamento) ou intenção (plano, propósito) – o que uma pessoa ‘tem em mente’, seja como uma crença concernente aos fatos, seja como um objetivo para a ação. A palavra tem nuances que sugerem as deliberações públicas, nas quais cada orador fala o que tem em mente até que prevaleça uma determinada opinião, resultando, assim, através da imagem de um debate jurídico, numa ‘opinião’ ou veredicto judicial. O termo também se aplica aos ditos ou conselhos memoráveis, aos aforismos gnômicos dos homens sábios. (KAHN, p. 263-264, 2009)

Sendo assim, não parece pacífico o entendimento dos antigos acerca do signo verbal ser por si mesmo um vetor de verdade, senão apoiado pelo consenso público após deliberações democráticas na *agora* grega. Para alguns pensadores gregos, a palavra não carregava em si a verdade, porque seu teor de veridicção dependia sempre do utente da linguagem. Aqui, Platão não deixa de ter certa razão ao temer os efeitos negativos da escrita, como ele apresenta no diálogo Fedro, uma vez que para este filósofo a sabedoria não poderia ser escrita em um rolo de pergaminho, mas comunicada somente pela boca daquele que profere o discurso – sábio não é o livro, mas o homem.

Porém, o tecnicismo filosófico acabou por hipertrofiar a lógica verbal ao longo da história deslocando o lugar da verdade, retirando-a de sua matriz psíquica e subjetiva, para entronizá-la na objetividade gramatical dos escritos verbais e matemáticos. Prova disso foi a decadência na palavra falada como fonte de legitimidade dos contratos, e o crescente uso da palavra escrita em documentos oficiais devidamente selados e carimbados. Neste caso, a desumanização da palavra tornou-se uma garantia de verdade, já que tal manobra a livraria do subjetivismo de um falante em carne e osso. A verdade, portanto, expulsa do corpo do homem, foi posta para fora deste mundo e tangida pastoralmente rumo ao plano abstrato do pensamento.

Lá, no mundo suprassensível da metafísica, a palavra libertou-se da humanidade que a fazia depender da idiossincrasia de seus proclamadores, permitindo que seus conceitos passassem a comunicar modelos categóricos e universais, assim forçando as coisas do mundo, aí incluídos os corpos humanos, a se adequarem violentamente ao Ser. Legitimadora de essências, a verdade é agora a declaração das qualidades que definem uma generalidade. Verdade e conceito se tornaram sinônimos que representam o Ser.

Ao denunciar a palavra como conceito, Nietzsche explicita a função valorativa de todo nome, de todo conceito. Conceituar é simplificar, reduzir, então conceituar, assim como representar, é escolher, ressaltar,

ISSN 1982-593

Vol 7 Nº 2 – 2013

18ª edição



rejeitar; nomear é atribuir valor. (...) Nomear é impor identidade ao múltiplo, ao móvel, é forjar uma unidade que a pluralidade das coisas não apresenta. A palavra, por juntar coisas distintas em um único signo, se sustenta na negação da diferença. (MOSÉ, p. 72, 2011)

Desse modo, quando pronunciamos uma palavra, lemos uma frase ou escutamos uma oração, nos submetemos a um escaninho do qual não logramos escapar. A palavra não diz o que desejamos comunicar, mas comunica o que deseja de nós. Enquanto pensamos usá-la, ela nos utiliza como hospedeiros de uma verdade ultramontana. A palavra que conceitua é a mesma que rejeita a diversidade do mundo, já que ao declarar a generalidade que nomeia, reduz todos os indivíduos supostamente definidos por ela a fantasmas de si mesmos, reflexos especulares sem vida nem materialidade. Ao realizar essa castração cognitiva, a palavra também moraliza as coisas, apartando-as segundo o bem ou o mal visto pela perspectiva do poder que o sentido hegemônico lhe atribui. “Se a palavra fosse apenas o rastro de uma experiência vivida, se indicasse, pela via do signo, a pluralidade móvel que lhe deu origem, o estatuto da palavra estaria comprometido.” (MOSÉ, p. 73, 2011)

Desde a supremacia do pensamento platônico-aristotélico preparada pelo judaico-cristianismo, a palavra se esqueceu de sua origem como tradutora de imagens, para se tornar signo de outro conhecimento desvinculado da sensualidade do real, mas voltado à sustentação do Ser como fundamento do mundo. A palavra não se reconhece mais como representação de imagens, sons e movimentos das coisas, não aceita sua condição poética de *flatus vocis*, não quer ser apenas nome de ideias, porém se afirmar como um título heráldico imanente a uma qualidade eterna. A palavra não quer mais ser potência, mas se tornar ato. Aqui, ela empresta o poder da verdade a seus arautos, que se investem de autoridade diante da *polis*, tal como o governante, o filósofo, o cientista e o clérigo.

É portanto um impulso predominante que leva a tratar as coisas semelhantes como iguais, de saída, um impulso ilógico, pois em si nada existe de igual, e que criou toda a base da lógica. Da mesma forma, para que se formasse o conceito de substância, indispensável à lógica, ainda que em senso restrito nada lhe compreenda de real – foi preciso que por muito tempo o mutável das coisas não tenha sido visto ou sentido; os seres que não viam exatamente tinham uma vantagem sobre aqueles que viam as “flutuações” de todas as coisas. (NIETZSCHE, 1976, p. 125)

Hipótese do conceito como mimesis – a tradição filosófica imaginava que o conhecimento intelectual baseado em conceitos era cognitivamente superior aos meros saberes adquiridos pelos órgãos dos sentidos, porque os primeiros diziam as essências dos seres, enquanto os segundos percebiam apenas as aparências das coisas. Esse idealismo radical, alimentado principalmente pelo cristianismo platonizado dos filósofos oficiais, sempre defendeu que a principal função das linguagens conceituais (verbal e matemática) é capturar as ideias gerais



que habitam o mundo suprassensível do Ser (das essências) e aplicá-las ao mundo real, de modo a “corrigir” suas imperfeições naturais decorrentes de seu caráter de simulacro do mundo verdadeiro. Ao contrário, porém, em seu livro *De Interpretatione*, Aristóteles já escrevia à época de Platão que “os discursos verdadeiros são semelhantes às coisas” – o que implica dizer, diferentemente dos idealistas, que as linguagens não são mediações entre dois mundos (essencial e inteligível versus aparente e sensível), mas seu objetivo é produzir e comunicar pensamentos que se assemelhem e mimetizem o modo de existir do real, como forma de comunicar conhecimentos no interior dos grupos humanos.

No caso da linguagem verbal, a comunicação de informações acerca do real tem o *conceito* como veículo ou suporte de ideias. Em geral, os substantivos são os principais nomes com os quais a linguagem verbal denomina os conceitos. Por exemplo, o substantivo comum ‘touro’ é o rótulo que se dá ao conceito composto das seguintes características essenciais: animal, quadrúpede, herbívoro, ruminante, antidáctilo, macho da espécie *bos taurus*, cuja carne é comestível. Assim, o conceito de ‘touro’ deve constituir-se daquelas qualidades acima declinadas verificáveis em todos os touros a que se refere.

Os substantivos, então, são conceitos básicos que se reúnem em sintagmas para formar outros conceitos mais complexos, tal como: “o touro é valente”. Ao relacionarmos vários conceitos numa sequência literal gramaticalmente válida, sobrevém a necessidade de sabermos se tal relação corresponde a uma coisa ou evento realmente existente no mundo. Como posso saber se é válida a sequência de conceitos “o touro é valente”? Para isso, eu preciso conhecer o conceito de ‘touro’ e de ‘valente’, assim como a relação que lhes é imposta pelo verbo ser (ê), para deduzir acerca de sua validade. Somente após observar no mundo o comportamento da maioria dos touros, posso deduzir que essa qualidade conceitual ‘valente’ pode lhe ser atribuída na maior parte dos casos. Desse modo, quando uma sequência gramatical de conceitos, ou seja, quando um texto verbal é considerado válido, queremos dizer que ele corresponde a coisas e eventos realmente existentes no mundo. Existe outro nome que se dá a essa correspondência entre o texto de signos e o real representado: verdade.

Portanto, a verdade poderia ser definida como a melhor correspondência (analogia, imitação, *mimesis*) que as ideias propostas pelas palavras (e números) fazem do real. Mas a tradição filosófica ainda rejeita o fato de que tal correspondência entre um conceito e a realidade que ele representa seja da ordem da *mimesis*, por entender seu processo intelectual como produto de uma ordem lógica que determina a essência de um referente e não sua forma sensível. Frívola tecnicidade!

A atribuição de uma qualidade essencial ao conceito de uma coisa não é natural, mas fruto de convenções sociais, crenças e costumes que variam com o tempo e o lugar. Se os nomes indicassem as essências naturais das coisas, as palavras não mudariam de sentido – um fenômeno linguístico dos mais comuns. Portanto, ao crermos no que diz Aristóteles



logo acima, os conceitos também são *mimesis* de coisas, porque os discursos querem se parecer com os fatos de que são signos para gozarem do status de verdade.

A ideia de que as artes repetem, copiam ou imitam a realidade em um meio diferente, usando estereótipos daquele meio como os cubos de um jogo infantil, era o núcleo da antiga teoria da mimese. A diatribe de Platão contra as artes no livro X de sua República aceitava a teoria, mas criticava os artistas por imitarem as entidades erradas (objetos físicos ou eventos e não os princípios a que esses se conformam), por fazerem da ilusão (tal como a perspectiva) parte de suas técnicas imitativas e por provocarem emoções. (FEYERABEND, 2010, p. 155-156)

Ora, então, além de Aristóteles, também Platão aceitava o fato de que os discursos visam imitar as coisas que representam – com a exceção de que para o platonismo as coisas que os discursos imitam habitam o mundo das essências.

A verdade, portanto, é o valor que se atribui a um texto, quando este conjunto de conceitos articulados mimetiza válida e eficientemente as qualidades essenciais de uma coisa ou evento real existente no mundo. Assim, para a tradição do pensamento, um texto é verdadeiro na medida em que ele se corresponde e se assemelha ao real. Ora, correspondência, similitude, equivalência, analogia e identidade são características de outro importante conceito tradicional: a mimética.

Desse modo, quanto mais os conceitos simples ou complexos reunidos em textos aproximam suas características e as fazem corresponder eficientemente ao real, tanto mais miméticos eles serão em relação ao fenômeno que pretendem descrever/anunciar/conceituar. No limite, a ambição de grande parte dos textos da cultura é tornar-se a mais eficiente imagem mimética em sua área e emular fidedignamente a parte do real que lhe é objeto. A busca dessa eficiência mimética (do texto “análogo” ao real) encontra-se mais comumente nas filosofias e nas ciências.

Quando um cientista busca por uma fórmula matemática que explique certo fenômeno real, deseja que tal conceito seja o mais completamente adequado, de preferência universalmente, ao trecho do real que traduz – busca-se por uma imitação completa. A lógica, portanto, não deve sua importância para a filosofia e ciência como um fim em si mesma, mas como método para mimetizar o pensamento humano em relação ao mundo real.

Embora não seja seguro nem isento de falhas, esse método de auferir conhecimento, isto é, a geração de semelhança mimética entre o texto de conceitos e a essência do real que ele busca representar tem sido muito útil para a comunicação da ciência e do pensamento sistêmico. Entretanto, embora configurem imagens (gramaticais e matemáticas) eficientes para representar o mundo no interior das linguagens lógicas, os conceitos não pertencem ao real, nem tão pouco as essências que eles compreendem, pois



são criações da psiquê humana. Neste fato simples e incontestável reside toda liberdade criativa, mas também parte considerável da limitação que pode ser experimentada pela cognoscência humana – liberdade de criar conceitos e o conhecimento de sua precariedade cognitiva.

A tradição filosófica, por conseguinte, elegeu a verdade como o único conhecimento válido e digno de ser apreendido pelos seres humanos, além de entender que apenas o conceito é capaz – como recomenda Platão – de imitar eficientemente as características fundamentais do real, de modo a alcançar a verdade.

A verdade, isto é, a melhor imagem que um conceito pode fazer do real, tornou-se o mais central de todos os valores e o maior capital intelectual da cultura. Por isso, a posse da verdade é disputada belicosamente por todos aqueles que pretendem governar, libertar ou escravizar a si e aos outros. Contudo, é sabido que na guerra a primeira vítima é sempre a verdade.

Pelo fato dos conceitos serem invenções humanas que colonizam nossa psiquê com imagens representantes do mundo, na maior parte dos casos acabamos por utilizar apenas dessas representações (conceitos) sem averiguar sua real correspondência com as coisas e eventos existentes. Desse modo, emulamos paisagens ficcionais fabricadas de acordo com os interesses que temos pelas coisas e eventos. Essas criações ideacionais elaboradas pela mente – embora ainda não sejam verdades – são muito importantes quando as empregamos para fazer planos, projetos, traçar objetivos, estabelecer metas, assim como para criar modelos abstratos da realidade como forma de conhecer o movimento das coisas e eventos da cultura.

Por outro lado, como criações ideacionais, os conceitos também podem ser utilizados inadvertida ou intencionalmente para comunicar falsidades, ideologias e utopias. Da mesma forma como nas criações ideacionais de projetos e modelos, a falsidade ideológica e utópica se torna possível devido a *mimesis* que as imagens abstratas dos conceitos estabelece com o real. Esse mimetismo conceitual permite a criação mundos fantásticos que parecem corresponder à realidade, quando de fato são ilusões perpetradas por aqueles que abusam da importância que o senso comum atribui à verdade. É muito comum verificar-se o emprego de tais ilusionismos tanto nas ideologias políticas com a idealização de paraísos sociais, quanto nas religiões com a crença em infernos e paraísos celestiais, mas também nas ciências e filosofias, quando prometem um novo homem.

Mas a verdade, como acredita a tradição, é apenas uma dentre as inúmeras interpretações possíveis acerca de uma ideia, evento ou coisa. Contudo, porque se dá mais importância e preferência à interpretação verdadeira em relação às demais? Segundo os antigos, a verdade é a melhor e mais correta interpretação de uma ideia, evento ou coisa, por que seria o próprio conhecimento que o ser humano deveria cultivar em qualquer situação, preferindo-a em relação à falsidade. No entender da tradição, se existe a melhor



interpretação de algo e esta é a interpretação verdadeira, todas as demais estão prejudicadas e caem no polo oposto à verdade, tornando-se interpretações falsas.

Bem, essa noção tradicional da verdade seria eficientemente aplicável caso a definição da melhor interpretação não ficasse a cargo do juízo de um ser humano. Pois sabemos que o poder de definir a verdade empresta a seu titular muita importância social. Já que a razão exige que todos devam seguir a verdade, aquele que a determina também deve ser seguido, obedecido e honrado, pois nele a verdade está encarnada. Em vista disso, todo e qualquer projeto de poder digladiava com seus opositores pela posse exclusiva da verdade. A verdade, então, nem sempre é a melhor interpretação que liberta a mente da obscuridade, mas certamente é a interpretação hegemônica que coloniza a consciência da maioria!

O nosso é um tempo em que o projeto da interpretação é em grande parte reacionário, asfíxiante. (...) Numa cultura cujo dilema já clássico é a hipertrofia do intelecto em detrimento da energia e da capacidade sensorial, a interpretação é a vingança do intelecto sobre a arte. Mais do que isso. É a vingança do intelecto sobre o mundo. Interpretar é empobrecer, esvaziar o mundo – para erguer, edificar um mundo fantasmagórico de “significados”. (SONTAG, 1987, p. 16)

Ao ampliar progressivamente a esfera do conhecimento teórico em relação ao conhecimento experimental (sensorial e estético), o desenvolvimento crescente das linguagens conceituais entre os seres humanos intelectualizou a cultura. Daí provém a criação e manipulação de um mundo de símbolos político-ideológicos, econômicos, morais e técnico-científicos que se sobrepõem à própria realidade do mundo físico em que habitam biologicamente os corpos humanos. Prova disso é a virtual incapacidade dos habitantes desse mundo semiótico em compreender a importância do meio ambiente para a manutenção da vida – o intelecto não faz gosto do húmus primitivo que caracteriza o mundo real!

Ao crer na verdade como uma perfeita coincidência entre a ideia e o mundo real representado nas linguagens, a inteligência dispensou sem maior critério seu contato com o real, constituído pela percepção somática e estética. Acreditando viver numa simulação controlada do real, a inteligência criou um mundo sem mosquitos nem acidentes desviantes. Mas esse mundo fantasmagórico, falsamente perfeito, não passa de um castelo de cartas, cujos naipes são os signos das linguagens conceituais. Mesmo considerando a verdade como a melhor interpretação do real, qualquer representação proveniente de textos de signos só traduz parcialmente a coisa. Desse modo, não há verdade que não seja precária, pois qualquer abstração é uma perda.



O conceito de verdade da representação seria algo como a coincidência detectável entre aquilo que representa e aquilo que é representado. Ora, já que o signo sempre representa algum aspecto do objeto, e não todo o objeto, nenhum signo consegue ser inteiramente verdadeiro, apesar de às vezes conseguir ser suficientemente verdadeiro para os propósitos da representação. (PINTO, 2002, p. 65)

A importância pragmática da verdade reside no fato de que muitas vezes a falsidade (oposta à verdade) traz prejuízos às pessoas. Ninguém deseja um falso cálculo de engenharia, um falso remédio, um falso testemunho e, via de regra, a mentira nos desvia do melhor caminho. Desse modo, a verdade tornou-se um valor altamente estimado, tendo em vista que ao construí-la o ser humano tem mais chances de avançar rumo ao sucesso de suas ações. Portanto, ao prevenir-se de eventuais males trazidos pela falsidade, o ser humano acostumou-se a crer na verdade como uma espécie de bem, confundindo a busca pela melhor interpretação do mundo com um sentimento universal de dever moral, que vai impregnar todo o conhecimento intelectual empreendido pela tradição filosófica. Razão pelo qual o pensador tradicional se sente um sacerdote benfeitor da humanidade ao buscar pela verdade no mundo. Porém, a verdade...

é o resultado de uma convenção que é imposta com o objetivo de tornar possível a vida social; é uma ficção necessária ao homem em suas relações com os outros homens. (...) O homem não ama necessariamente a verdade: deseja suas conseqüências favoráveis. O homem também não odeia a mentira; não suporta os prejuízos por ela causados. O que se proscreeve, o que não se aceita e não se deseja é o que é considerado nocivo: são as conseqüências nefastas tanto da mentira quanto da verdade. A obrigação, o dever de dizer a verdade nasce para antecipar as conseqüências nefastas da mentira. Quando a mentira tem valor agradável ela é muito bem aceita. (MACHADO, 2002, p. 38)

Em vista disso, nem toda falsidade e mentira podem ser consideradas um mal, especialmente quando os atores envolvidos em sua fabricação e consumo têm ciência de que se trata de fantasias. Este é o caso da arte, que de maneira geral é uma ficção, cujo efeito ilusório não deve ser tratado como um malefício ou falsidade (como fez Platão), mas como uma forma de experiência que conduz, no mais das vezes, a novos pensamentos e sensações capazes de provocar um entendimento revolucionário acerca de seu objeto.

No entanto, a tradição filosófica sempre lançou sobre o campo da arte o pejo da desconfiança, o olhar de desprezo pela produção de simulacros e aparências, ao mesmo tempo em que sempre tentou tanger os artistas para dentro de seu aprisco metafísico, impondo à arte o dever de emular a verdade, como força auxiliar aos conceitos filosóficos. A tradição filosófica sempre buscou sublimar a arte e esterilizá-la de sua sensualidade inerente, metendo-lhe ferrolhos conceituais na forma de cânones idealistas. Culpada pela

ISSN 1982-593

Vol 7 Nº 2 – 2013

18ª edição



sua demasiada humanidade, portanto falível porque dependente da subjetividade, a arte foi condenada a objetivar-se e perseguir o objetivo da verdade, como departamento anexo ao pensamento sistemático (filosofia da arte – estética tradicional).

A principal missão da tradição metafísica sempre foi purificar a razão e dessensibilizar o conhecimento, de modo a livrar o pensador de sua encarnação, a fim de que ele viesse a alcançar um estágio de raciocínio vinculado ao “espírito absoluto hegeliano”, completamente independente das pulsões, desejos e emoções subjetivas. Até hoje, mesmo inadvertidamente, a filosofia e a ciência tentam normatizar completamente o pensamento, inclusive o estético, de modo a atingir um grau ótimo de objetividade, que tentam comunicar em seus conceitos, fórmulas e teorias.

A ideia de objetividade, no entanto, é mais antiga que a ciência e independe dela. Ela se ergueu sempre que uma nação, uma tribo ou uma civilização identificou seus meios de vida com as leis do universo (físico e moral) e ela tornou-se perceptível quando culturas diferentes com visões objetivas diferentes se confrontaram. (...) Nações mais beligerantes usaram a guerra e mataram para erradicar aquilo que não se enquadrava em sua visão de Bondade. (FEYRABEND, 2010, P. 12)

A objetividade desumanizante, por ironia, é a mais humana das paixões, na medida em que surge da crença daqueles que se convencem de tê-la alcançado. A crença é como a feitura do vinho: pisamos e repisamos ilusões e sonhos até que deles emane o suco da verdade, que imaginamos ser unívoca e racional. Desse modo, a verdade também se torna universal, porque que é tida como naturalmente livre de contextos e existente por si mesma – ela seria só descoberta, jamais inventada.

O mito da objetividade é gêmeo univitelino da ideia da melhor interpretação como noção de verdade, pois aqueles que invocam a posse da verdade são os mesmos que alegam sua isenção objetiva. Assim, a verdade adotada pelo poder se coloca como valor moral entendido como obrigatório a todos os cidadãos de bem, especialmente aos súditos e conquistados. O possuidor da verdade, portanto, se vê como um benfeitor desinteressado ao apresentá-la para os demais que, caso não aceitem a interpretação verdadeira podem ser considerados tolos - pior que isso, só podem ser mal intencionados, já que se recusam *voluntariamente* a seguir pelo caminho do bem. Aqui nascem o adversário, o herético, o dissidente e o inimigo do povo.

Porém, como nos proteger da violência com que os donos da verdade se lançam contra nós? Antes de mais, devemos ter conosco que a verdade é uma ferramenta útil embora precária, ou seja, não serve para todas as épocas, nem em todos os lugares, muito menos para todas as soluções. A busca pela melhor interpretação do real tem sua utilidade, na medida em que nos auxilia no conhecimento das coisas, de modo que possamos lidar eficientemente com o mundo real. Mas a verdade tem de ser entendida como uma



interpretação parcialmente eficaz, cuja utilidade é limitada no tempo e no espaço. A melhor interpretação de um mundo em inconstante fluxo deve considerar múltiplas soluções, a partir do entendimento de que o real é um jogo fragmentado de forças que se chocam, alinham-se e se anulam, muitas vezes sem previsão nem sentido.

Se a verdade deixa de se definir como identidade (como não-contradição das proposições) ou adequação (do juízo à coisa), é talvez porque, em nome de uma verdade mais profunda que a da filosofia, o real é concebido por Nietzsche como multiplicidade, fractura, diferença que só a arte [estética] pode apreender adequadamente. (FERRY, 2003, p. 50)

A verdade é uma ferramenta cognitiva muito caprichosa. Como a Fortuna, deusa grega que atende os audazes e loucos, a verdade não pode ser domada, ela sopra onde quer e abandona seus cultores à miragem de sua presença. Um mito, a verdade é metáfora sem rosto. Na frase “o bem ilumina a alma” onde se encontra a verdade? Na coleção de metáforas que refere a luz ao bem, e a alma ao sujeito. Iluminação que permite “enxergar a verdade”, que por sua vez “define o bem”, em benefício da “alma que habita o sujeito” – metáforas.

Como podemos afirmar que a verdade é a melhor adequação do pensamento ao real, se esta afirmação acerca do mundo é meramente humana? Não dispomos neste planeta de outra espécie senciente capaz de opor-se ou concordar com nossa interpretação e servir-nos de parâmetro externo. Isso faz de nossas interpretações, boas ou más, sempre um antropomorfismo. Não podemos sair de nossa condição humana para julgar pelo lado de fora se o homem detém ou não a verdade. Por isso, não existe objetividade total, já que o homem que a busca está preso em sua própria subjetividade.

Por outro lado, se libertarmos a arte da tradição filosófica que a entende como um meio auxiliar na busca pela verdade, poderemos verificar que os artefatos não são cognitivamente acessíveis apenas por meio de sua melhor interpretação. Antes pelo contrário, as obras artísticas liberam-nos da verdade ao aceitarem inúmeras interpretações acerca dos afetos que elas provocam em nossa sensibilidade. Desse modo, a verdade da arte, como menciona Luc Ferry acima, citando Nietzsche, está em sua inefável comunicação com o ego subjetivo de cada um. Trata-se de uma experiência estética que nenhum conceito consegue dizer. Assim sendo, a estética é, justamente, aquele critério externo necessário à lógica, para balizar adequadamente a verdade do discurso abstrato.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.



- FERRY, L. **Homo aestheticus: a invenção do gosto na era democrática.** Coimbra: Almedina, 2003.
- FEYERABEND, P. **Adeus à razão.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- KAHN, C. H. **A arte e o pensamento de Heráclito: uma edição dos fragmentos com tradução e comentários.** São Paulo: Paulus, 2004.
- MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade.** Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MOSÉ, V. **Nietzsche e a grande política da linguagem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- NIETZSCHE, F. **A gaia ciência.** São Paulo: Hemus, 1976.
- PINTO, J. **O ruído e outras inutilidades; ensaios de comunicação e semiótica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SONTAG, S. **Contra a interpretação.** Porto Alegre: L&PM, 1987.